

SUMÁRIO

Capítulo VI – Condições da ação de segurança	7
1. Comentário.....	7
2. Legitimidade para a causa.....	8
2.1. Legitimidade ativa.....	9
2.2. Legitimidade passiva.....	12
2.3. Mandado de segurança e litisconsórcio.....	21
2.3.1. Litisconsórcio ativo.....	22
2.3.1.1. O <i>amicus curiae</i>	25
2.3.1.2. O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	26
2.3.1.3. O <i>amicus curiae</i> no CPC de 2015.....	27
2.3.1.4. <i>Amicus curiae</i> e assistência.....	30
2.3.1.5. O <i>amicus curiae</i> e o processo do trabalho.....	30
2.3.1.6. <i>Amicus curiae</i> e mandado de segurança.....	32
2.3.2. Litisconsórcio passivo.....	33
2.3.2.1. Citação da pessoa jurídica de direito público.....	33
2.3.2.2. Litisconsórcio necessário.....	35
3. Intervenção de terceiro.....	37
4. Interesse processual.....	37
5. A extinta possibilidade jurídica do pedido como condição da ação.....	40
Capítulo VII – Pressupostos	41
1. Comentário.....	41
2. Mandado de segurança.....	42
2.1. Direito líquido e certo.....	42
2.2. Ilegalidade ou abuso de poder.....	51
2.3. Ato de autoridade pública.....	54
2.3.1. Do Poder Executivo.....	54
2.3.2. Do Poder Legislativo.....	59
2.3.3. Do Poder Judiciário.....	61
3. No processo de conhecimento.....	71
3.1. Indeferimento da petição inicial.....	71
3.2. Cerceamento do direito de defesa.....	72
3.3. Exigência de antecipação dos honorários periciais.....	73
3.4. Proibição da retirada de autos.....	74
3.5. Contra decisão transitada em julgado.....	75
3.6. Contra decisão concessiva de tutela provisória.....	75
3.7. Contra decisão concessiva de liminar em ação civil pública.....	76

4. No processo de execução	76
4.1. Contra a “sentença” de liquidação.....	76
4.2. Para imprimir efeito suspensivo ao agravo de petição.....	78
4.3. Para liberar penhora de bem público	80
4.4. Para impedir irregular liberação de depósito.....	80
4.5. Para desfazer arrematação	81
5. Um escólio final sobre o assunto.....	81
Capítulo VIII – Atos que não admitem mandado de segurança	83
1. Ato de que caiba recurso administrativo	84
2. Ato jurisdicional	86
2.1. Sentença transitada em julgado.....	87
3. Ato disciplinar.....	87
4. Autoridade particular	89
5. Direito amparável por <i>habeas corpus</i> ou por <i>habeas data</i>	89
6. Matéria desportiva	90
7. Autoridade pública e ato de gestão	90
Capítulo IX – Ministério Público	93
1. Comentário.....	93
Capítulo X – Competência	98
1. Varas do Trabalho	98
2. Tribunais Regionais do Trabalho.....	98
3. Tribunal Superior do Trabalho	99
4. Notas finais	100
Capítulo XI – Prazo para a impetração	101
1. Comentário.....	101
Capítulo XII – Uso anômalo da ação de segurança	106
1. Atribuição de efeito suspensivo a recurso	106
2. Desrespeito à remessa <i>ex officio</i>	109
3. Por terceiro	110
4. Penhora de bens do devedor	112
5. Manifestação sobre cálculos	114
Capítulo XIII – Os regimentos internos dos tribunais	116
1. Comentário.....	116